

Associação Brasileira de Normas Técnicas

A 1.^a Reunião dos Laboratórios Nacionais de Ensaio foi a tentativa fundamental para a aprovação de normas de caráter nacional; as especificações e métodos de ensaio de cimento nela adotados, por um consenso mútuo de produtores e consumidores, marcaram o início de uma série que se está multiplicando rapidamente. A intenção primitiva era reunir anualmente os técnicos e interessados na tecnologia dos materiais para exporem seus trabalhos, apresentarem e discutirem projetos de especificações que seriam adotadas como nacionais.

Três anos atrás, esse sistema de estudo das normas brasileiras parecia viável; os assuntos que então ocuparam a atenção dos congressistas (cimento e concreto) eram dos mais conhecidos e estudados no Brasil, a cristalização da prática já existente podia ser feita no espaço de uma semana, e as decisões aprovadas numa assembléia geral.

A 2.^a Reunião, realizada em S. Paulo, no ano passado, já demonstrou, porém, a insuficiência do tempo para uma discussão calma de todos os assuntos; a semana da reunião foi de trabalho intensíssimo e exaustivo para os congressistas. O programa traçado em S. Paulo para a reunião seguinte incluiu já muitas outras classes de materiais; novos problemas foram aparecendo e sendo postos à argúcia dos técnicos, que se comprometeram a resolvê-los para o ano próximo.

Algumas comissões permanentes foram instituídas para o estudo de assuntos que exigiam contacto prolongado dos técnicos especializados, e com isso já a 2.^a Reunião dos Laboratórios lançou as primeiras bases de uma conjugação de esforços ininterrupta, fazendo nascer uma atividade que se projetava pelo tempo afora até alcançar a reunião seguinte.

Na 3.^a Reunião, levada a efeito em setembro último, foram discutidos trabalhos cuja lista publicamos no número passado e que abrangem as seguintes classes de materiais:

Cimento, Concreto, Concreto Armado, Madeiras, Metais, Cerâmica, Minério, Combustíveis, Solos, Material elétrico e Metrologia.

Tornava-se pois evidente a insuficiência das Reuniões, tal como tinham sido idealizadas, para

reunir e orientar estudos sobre tão variadas e numerosas classes de materiais.

O número e o valor dos congressistas e dos trabalhos apresentados, indicavam que, espalhados pelo Brasil, já existia uma pleiade de tecnólogos interessados permanentemente no estudo dos materiais; pesquisas, adaptações de normas estrangeiras, compras de vulto norteadas por princípios técnicos rigorosos, exames sistemáticos de recebimento de materiais, já são correntes nos lugares mais adiantados do país. Para melhor rendimento do trabalho desses técnicos e para ampliar um ambiente tão propício ao progresso do nosso país, impunha-se a criação de um órgão permanente que reunisse e orientasse esses esforços de forma a dar-lhes maior rendimento.

Daí nasceu a idéia da Associação Brasileira de normas, e a organizadora dos novos congressos entrou no programa da reunião deste ano.

O projeto de estatutos distribuído, discutido e aprovado, dá como finalidade principal da A. B. N. T. a organização das condições técnicas a que devem obedecer os materiais, e dos métodos de ensaio para o seu recebimento.

A A. B. N. T. manterá uma secretaria que será a coordenadora dos estudos e projetos de normas, e a organizadora dos novos congressos de Laboratórios. Destarte, todos os estudos e pesquisas, cuja realização for decidida nas reuniões anuais, terão para animá-los um órgão central permanente, que velará pela sua execução, e as conclusões levadas a plenário serão, assim, o mais possível perfeitas.

O Brasil poderá contar, desde agora, com uma organização permanente e de caráter nacional para cuidar do estabelecimento de padrões de material.

A solução dada foi brilhante e feliz. A A. B. N. T. nasceu, pois, sob bons auspícios; além do concurso entusiasta de todos os tecnólogos presentes, não lhe faltou nem a contribuição do comércio e da indústria, que subscreveram doações importantes para as primeiras despesas da nova sociedade.

A *Revista do Serviço Público* fez-se representar nas reuniões preliminares e pôs à disposição da Associação as suas colunas para a pu-

blicação de notícias e de trabalhos que interes-
sam muito ao meio tecnológico governamental.

A A. B. N. T. terá um conselho diretor,
composto de 12 membros e que, por eleição, ficou
constituído conforme a lista a seguir:

Laboratórios: Instituto Nacional de Tecno-
logia — Rio. Instituto de Pesquisas Tecnológi-
cas — S. Paulo. Lab. de Ensaio do Ministério
da Guerra.

Consumidores: Departamento Federal de
Compras. Prefeitura do Distrito Federal. As-
sociação Bras. dos Engenheiros Ferroviários.

Produtores: Federação dos Industriais do
E. S. Paulo. Federação Industrial do Rio de
Janeiro. Centro das Indústrias Fabrís do Rio
Grande do Sul.

Membros individuais: Dr. Rafael Xavier,
Dr. Ary Torres, Dr. João Carlos Vital.
Suplente: Dr. Mauricio Joppert.

Movimento da Padronização no Estrangeiro

BRITISH STANDARDS INSTITUTION

À gentileza do Sr. Secretário da Câmara de Comércio
Britânica devemos o recebimento dos últimos padrões publi-
cados pelo órgão nacional britânico, a *British Standards
Institution*, que tem enriquecido a literatura técnica mun-
dial com tão valiosos trabalhos e normas.

ENSAIO DE PORCELANAS DE LABORATÓRIOS

(B. S. n.º 914 — “*Tests for Laboratory Porcelain*”)

O trabalho de preparar essa especificação foi distribuí-
do a um comitê de representantes de consumidores e pro-
dutores desse tipo de porcelana, nomeado pelo *Technical
Committee on Scientific Glassware and Laboratory Ware*.
Os “tests” recomendados ajudam o fabricante a melhorar
seus produtos e evitam, ao comprador, os aborrecimentos
tão conhecidos dos técnicos que trabalham em Laboratório,
devidos a quebras e rachas da porcelana durante os tra-
balhos.

Os ensaios, cuja enumeração damos a seguir, devem ser
efetuados tendo em vista a B. S. n.º 593 — “*General Pur-
pose Laboratory Thermometers*”.

De maneira geral, as porcelanas para Laboratório de-
verão suportar bem as mudanças bruscas de temperatura,
sem se quebrarem; o vidro não deverá apresentar furos,
fissuras capilares, e outros defeitos; a parte fosca não
será porosa. Os pesos e dimensões das peças nominal-
mente iguais não devem diferir de maneira notável.

As porcelanas devem ser ensaiadas em relação a:

1º) Porosidade:

É recomendado um ensaio por meio de uma so-
lução de 0,5% de eosina em água.

2º) Resistência ao calor e aos choques térmicos:

O ensaio descrito é aconselhado, para cadinhos
até 46 mm. de diâmetro, e não será aplicado para

outros tipos tais como o cadinho de Gooch. É re-
presentado o desenho do forno apropriado; depois
de submetido durante 15 m. a uma temperatura de
240° C., o cadinho é mergulhado em água a 15° C.

3º) Constância de peso e resistência a altas tempe- raturas:

O ensaio consiste em observar a variação de peso
e a tendência a se soldarem, de cápsulas ou cadi-
nhos e pedaços da porcelana, após duas horas de
aquecimento a 950°-1.000° C.

4º) Resistência do vidro aos ácidos e álcalis (ácido clorídrico, carbonato de sódio e soda cáustica).

Preservação de madeiras por meio de tratamento com cre- soto sob pressão

(B. S. 913 — “*Pressure Creosoting of timber*”)

A preservação da madeira por meio de creosoto de-
pende principalmente da profundidade atingida pelo pre-
servativo, através das camadas periféricas; a distância de
penetração deve ser a mais uniforme possível.

A especificação 913 deve ser usada em conjunto com
a de n. 144 — “*Coal Tar Creosote for Preservation of
Timber*”.

Os processos reconhecidos e normalizados no padrão
britânico são:

- o processo *Bethell*, em que a madeira é submetida
ao vácuo inicial de 38 cm. de mercúrio e, depois,
imersa no creosoto sob pressão, até a impregnação
desejada.
- o processo *Rueping*, em que a madeira é primeira-
mente posta sob pressão, mergulhada depois em
creosoto, até a impregnação desejada, após o que,
é submetido a um vácuo final, para a retirada do
excesso do creosoto, o que é ajudado por bolhas de